

diálogos insurgentes

O abraçar de uma luta: entrevista com Irmã Henriqueta Cavalcante**El abrazar de una lucha: entrevista con la Hermana Enriqueta Cavalcante****The embrace of a fight: interview with Sister Henriqueta Cavalcante****Irmã Henriqueta Cavalcante¹**

¹Instituto de Direitos Humanos Dom José Luís Azcona, Belém, Pará, Brasil. E-mail: institutodomluisdeazcona@gmail.com.

Assis da Costa Oliveira³

³Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania, Brasília, Distrito Federal, Brasil. E-mail: assisdco@gmail.com. Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-3207-7400>.

Ana Radig Denne Lobão Morais²

²Instituto de Pesquisa, Direitos e Movimentos Sociais, Passo Fundo, Rio Grande do Sul, Brasil. E-mail: anaradig@yahoo.com.br. Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-5488-3433>.

Eder Fernandes Santana⁴

⁴Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil. E-mail: santanaeder@gmail.com. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-5131-0637>.

Submetido em 28/07/2023.

Aceito em 28/07/2023.

Como citar este trabalho

CAVALCANTE, Henriqueta; DENNE LOBÃO MORAIS, Ana Radig; OLIVEIRA, Assis da Costa; SANTANA, Eder Fernandes. O abraçar de uma luta: entrevista com Irmã Henriqueta Cavalcante. Entrevista concedida a Ana Radig Denne Lobão Morais, Assis da Costa Oliveira e Eder Fernandes Santana. *InSURgência: revista de direitos e movimentos sociais*, Brasília, v. 9, n. 2, p. 17-32, jul./dez. 2023.

insurgência

InSURgência: revista de direitos e movimentos sociais | v. 9 | n. 2 | jul./dez. 2023 | Brasília | PPGDH/UnB | IPDMS
ISSN 2447-6684



Este trabalho está licenciado com uma Licença Creative Commons 4.0.
Este trabajo es licenciada bajo una Licencia Creative Commons 4.0.
This work is licensed under a Creative Commons Attribution 4.0.

O abraçar de uma luta: entrevista com Irmã Henriqueta Cavalcante

Entrevista realizada por videochamada em 30 de junho de 2023, por meio da plataforma *Google Meet* (duração: 80 minutos)

“Hoje não consigo mais me ver longe dessa luta. Essa é uma luta que eu abracei e estou consciente de que Deus preparou algo muito especial pra minha vida, que é de fato defender essas crianças e adolescentes que passaram por essa experiência”

Irmã Henriqueta Cavalcante

Realizada em 30 de junho de 2023, de maneira remota, a presente entrevista abordou a atuação da Irmã Henriqueta Cavalcante na defesa e proteção dos direitos de crianças e adolescentes e na atuação em casos de tráfico de pessoas, dando destaque às vítimas transexuais, oportunidade na qual foi apresentada a trajetória da entrevistada tanto quanto à sua formação para a vida religiosa quanto à atuação militante na defesa de crianças e adolescentes, sendo o início desta atividade a realizada em uma Comunidade na Zona Leste de São Paulo, em São Miguel Paulista.

Desde então, a dedicação direcionada à proteção de crianças e adolescentes vítimas de violência sexual faz parte do dia a dia da Irmã Henriqueta, em diversos espaços e contextos geográficos a nível nacional, de modo que foi ao ingressar na Comissão Justiça e Paz, no âmbito da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil que começou a exercer papel relevante na realização de denúncias de casos de Violência e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes na região do Marajó, arquipélago situado no Estado do Pará/Brasil.

Em contribuição incansável e vinculada à CNBB, atualmente e dentre as demais atividades realizadas, a entrevistada está atuando na região do nordeste do país, na Rede Solivida, em projeto denominado ABC dos Direitos Humanos.

A entrevista também traz a sua percepção a respeito do Programa Cidadania Marajó, considerado baseado na participação da população local e na escuta, para que a partir de então sejam realizadas as políticas públicas pertinentes ao Programa.

Sendo a escuta atenta e acolhedora uma característica marcante da Irmã Henriqueta, compõe a entrevista diálogo a respeito desta capacidade tão

importante no atendimento de crianças e adolescentes, sobretudo os que tem seus direitos violados e encontram-se vulnerabilizados, discorrendo também sobre a escuta de mulheres vítimas de violência.

Na finalização da sua fala, inspiradora e que se revela como fortalecedora àqueles que também atuam na defesa dos grupos vulnerabilizados, reflete sobre os desafios para pensar um horizonte das prioridades que precisamos assumir para que se consiga a efetiva mudança do cenário atual de violações de direitos, concluindo que é necessário que o pensar seja feito de forma holística, tendo em vista a situação ser estrutural.

IPDMS: Como foi o início do envolvimento com a temática do direito da criança e do adolescente? Talvez possa ter a ver com a sua chegada à Comissão Justiça e Paz, a constituição como freira, queria entender como foi o processo de você se envolver com essa temática, num estilo sempre militante?

Irmã Henriqueta Cavalcante: Eu me envolvi faz muitos anos que eu comecei a fazer defesa de crianças e adolescentes quando logo depois de minha formação para a vida religiosa, passei uns anos fora do Brasil, quando fui para Milão estudar, e quando retornei comecei um processo de envolvimento numa comunidade na zona leste de São Paulo, em São Miguel Paulista, quando fui diretora de uma casa que acolhia crianças adolescentes de 07 até 18 anos. Esse público, em nosso entendimento, eram crianças que viviam em situação de vulnerabilidade social e muitas delas passaram por essa experiência de serem abusada em âmbito familiar e fora do âmbito familiar. E comecei já a fazer a defesa nesse espaço no qual eu direcionava.

Depois que saí de lá, fui morar em Belém, no bairro da Terra Firme, um bairro periférico, e trabalhar num projeto social em parceria com a Prefeitura de Belém e lá também tive envolvimento muito grande nos procedimentos de fazer denúncia. Mas estava muito voltada para a comunidade, no anonimato, não me envolvia muito porque a nossa luta lá era muito grande e não permitia que eu sáísse daquele espaço e me envolvesse mais.

Quando fui para a Comissão Justiça e Paz, e foi muito difícil sair daquele espaço, sair da periferia, deixar aqueles jovens, aquelas crianças e adolescentes que passavam por muitas violações. Ali a violação começa com as crianças que passavam muita fome e moravam muito mal. E outras situações de envolvimento com a droga, com a própria exploração sexual.

E quando fui convidada para entrar na Comissão de Justiça e Paz, quando os bispos me convidaram, foi muito doloroso para mim, porque eu disse nossa o que vou fazer dentro da CNBB e deixando a periferia, que é um bálsamo para minha existência.

Lembro que quando Dom Ascona conversou comigo, ele disse venha, mas venha com coragem, porque aqui você vai passar por várias situações inclusive você pode ser processada, ameaçada de morte. Eu disse porque eu vou passar por tudo isso...

Fui me deparando com muitas denúncias, provenientes do Marajó, especialmente Portel. Denúncias bem graves e Dom Azcona disse aqui teremos de fazer alguma coisa com essas denúncias, de crianças abusadas sexualmente, mas tem uma arquitetura forte de pessoas grandes que estão explorando sexualmente essas meninas e meninos e também temos mulheres que estão sendo traficadas.

Foi quando nós resolvemos então dialogar com alguns deputados da comissão de Direitos Humanos da ALEPA. Insistimos em levar essas denúncias, foi quando eles decidiram instalar a Comissão Parlamentar de Inquérito e, pronto, e disse aqui, agora, estou encontrando meu caminho.

A comissão foi instalada e Dom Azcona disse que iria fazer uma solicitação para eu pudesse acompanhar todas as oitivas, todas audiências, você possa acompanhá-las. Fui muito bem acolhida pelos deputados que fizeram parte dessa comissão e eles de fato foram percebendo tudo aquilo que nós tínhamos denunciado. A coisa foi fluindo. E pelo fato de as pessoas participarem das oitivas, me verem por lá, me vendo lá dentro das audiências, a mídia deu muita visibilidade para isso, o número de denúncias foi aumentando, aumentaram muito.

E aí me envolvi de uma tal maneira. E hoje digo que hoje não consigo mais me ver longe dessa luta. Essa é uma luta que eu abracei e estou consciente de que Deus preparou algo muito especial para minha vida, que é de fato defender essas crianças e adolescentes que passaram por essa experiência.

Mas quero antecipar de dizer para vocês, porque nas minhas entrevistas para o prêmio Inspiradoras, a jornalista perguntou se defendo tanto porque fui abusada. Disse não, nunca fui abusada. A minha luta é uma luta prioritária, porque defender crianças e adolescentes é o objetivo de minha existência, é minha missão. Mas falei que sou de uma família de cinco mulheres e um homem. Mas tive um pai e um irmão que faziam nossas defesas. O que faltava de bem material, nós explodimos, esbanjamos em cuidado e amor.

Só é capaz de amar, de se entregar para defender pessoas, principalmente aqueles e aquelas que são os pobres, pequenos, nossas crianças indefesas quem de fato tem amor, porque a gente só pode dar aquilo que a gente tem.

Estou acompanhando uma denúncia. E ontem foi audiência de uma menina de 9 anos, ela foi abusada por muito tempo pelo próprio pai. E quando terminou a audiência, o depoimento dela, a mãe ligou por chamada de vídeo, ela fez questão de falar comigo: tia, eu não consegui falar tudo que meu pai fez comigo porque eu chorei muito e a juíza chorou. E disse tia eu quero lhe agradecer muito, porque se a Senhora não tivesse ajudado minha mãe, eu iria passar por muito tempo sendo abusada por meu pai. A mãe disse minha filha é preciso que alguém faça alguma coisa, porque sozinhas a gente não tem força.

Vejo a importância que há de ter essa capacidade de fazer denúncias, mas de ter sensibilidade e amor a essa causa. Só é capaz realmente de se envolver quem tem que ter sensibilidade, amor e compaixão por essas crianças e adolescentes. E um elemento fundamental é a coragem de insistir e persistir, porque alguém precisa ainda ser porta-voz dessas crianças e adolescentes.

Essa é uma luta que sinceramente eu só vou parar quando não tiver mais nenhuma condição de me movimentar. Eu abraço essa causa com muito amor, com muito carinho, muita responsabilidade também. Eu fico muito feliz quando vejo que as nossas crianças e adolescentes conseguem enxergar que tem pessoas por perto, que estão ali para defendê-las. Mesmo aquelas que já passaram por essa experiência da violação, mas também aquelas que precisam ser cuidadas e elas enxergarem que tem pessoas que podem defendê-las.

Agora estou prestando um serviço para uma rede que se se chama Rede SoliVida, que é uma parceria nossa com a Comissão Justiça e Paz. Estou passando por 33 instituições, quase todas aqui no Nordeste. Estou mais de um mês fora de Belém.

Eles estão com um projeto ABC dos Direitos Humanos. Esse projeto a proposta que fiz foi escutar as comunidades, fazer esses processo de escuta para saber o que essas comunidades querem de ações voltadas para a defesa dos Direitos Humanos. Uma coisa que já consegui enxergar nas doze instituições que fiz a escuta é que tem todas elas com muita criança e adolescente com um potencial enorme. As crianças aqui do Nordeste são muito criativas, o povo nordestino traz essa característica da criatividade para muitas coisas. E já estou enxergando que uma das proposições para esse projeto vai ser criar o Fórum de Direitos Humanos de Criança e Adolescentes dessa rede para eles se envolverem com questões que são voltadas para a defesa, para a proteção deles e que eles mesmos podem se envolver.

Até o ano que vem quero juntar de cada instituição dessa aqui do Nordeste que é o Ceará, Paraíba, Pernambuco, Maranhão, Piauí, mas também tem o Rio de Janeiro e a Bahia. Quero ver marcar audiência desses adolescentes, dessas crianças, com o Ministro, com a Rita, para eles dialogarem e dizerem o que eles querem como crianças e adolescentes do nordeste, o que eles querem para a proteção deles nesse envolvimento de defesa contra esse crime, que está muito próximo.

E uma coisa que tenho encontrado aqui também é essa questão do tráfico de pessoas envolvendo crianças e adolescentes, que é outra bandeira que abraço com muita garra. Essa questão do tráfico de pessoas que um crime interligado com a exploração sexual.

IPDMS: Tenho uma pergunta, Irmã, referente à sua atuação em Marajó, referente às características delas. Apesar de ser também de exploração sexual, de tráfico de pessoas, nós possivelmente temos alguns desafios diferentes, acredito que a dificuldade acaba sendo a mesma em qualquer contexto, mas, se a Senhora puder falar sobre as características do Marajó, e também desse enfrentamento, dessas denúncias, no Marajó em específico, pode ser interessante para que se conheçam as características do Marajó, os tipos de violências e as especificidades de lá.

Irmã Henriqueta: Se você contextualizar a realidade social do Marajó, você percebe muitas diferenças. O Marajó oriental é super diferente do ocidental, e você consegue perceber as diferenças por aí.

Eu sempre digo, Ana, que a gente precisa tratar dessas questões com delicadeza, temos crianças, rostos diversificados. Quando digo que precisamos olhar com muito cuidado é porque tenho certeza plena e absoluta que hoje dentro desse contexto do Marajó, as políticas públicas voltadas para o atendimento desse nosso público, que é de crianças e adolescentes, elas precisam também ser bem contextualizadas, bem, sabe, essenciais para cada território, porque são diferentes.

Sempre digo que a gente se depara com três grandes pilares na região, pilares esses que são bem característicos dessa população, que nós que somos do Pará sabemos que é uma região diferenciada o Marajó das demais regiões. Me chama muito a atenção que a população nunca se identifica como paraense, eles dizem eu sou marajoara, como se fosse um outro estado. E trazem os pilares que são bem preocupantes, que trazem a característica da região.

Um primeiro pilar é a pobreza. Temos uma população muito pobre, com a pobreza que precisamos olhar de forma muito holística, que passa pelas necessidades básicas, mas passa também por uma pobreza de conhecimento, de defesa de seus direitos. É uma população que ainda não consegue caminha e vejo que projetos e mais projetos entram na região e quando termina o projeto, a população parece que não avançou, porque eles ainda necessita de conhecimentos para que possam fazer a sua própria defesa no que diz respeito à garantia de seus direitos. Esse grande pilar da pobreza tem sido um grande desafio ao mesmo tempo um grande obstáculo para gente poder avançar em outras questões. A gente precisa dizer que a situação da exploração sexual, do tráfico de pessoas existente ali na região é uma questão muito estrutural. Quando eu me deparo, por exemplo, com pessoas que são marajoaras, que foram traficadas e quando elas conseguem retornar e quando você pergunta o motivo pelo qual a levou a aceitar a proposta enganosa da rede

criminosa, elas sempre dizem muita situação, eu precisava dar para os meus filhos, melhorar a situação de moradia, está sempre voltada para essas questões básicas e essenciais para a existência de uma pessoa.

Um outro grande pilar, e acho que esse é muito perigoso para a região, é essa ganância, é uma ganância que esses gestores municipais têm. É preocupante o processo de eleição para aquela região. No período eleitoral, por exemplo, como a gente faz também a triagem das denúncias que chegam de crimes que ferem a lei 9.240, é impressionante as denúncias que a gente recebe dos candidatos da região. São campanhas bem perigosas. O Dom Azcona sempre dizia assim olha gente precisa cuidar porque não a gente não sabe de onde esses candidatos tiram tanto dinheiro para suas campanhas. Hoje você vê um momento exagerado, por exemplo, de proliferação mesmo de facções criminosas na região sustentadas pelo tráfico de drogas. Essa ganância ela está justamente ligada a esses gestores que entram não com uma visão de defesa do bem comum, mas é impressionante como esses caras rapidinho enriquecem.

Ali em Melgaço, a casa do prefeito faz toda diferença, enquanto isso a população está morrendo por falta de atendimento médico, porque não tem nada no hospital. E hoje é impressionante o número de denúncias que estou recebendo região, eles dizendo aqui não tem remédio, as crianças estão indo para a escola forçadas, porque a situação continua grave, e com todo o trabalho que já foi feito de investimento mesmo em verificar como está essa questão da educação, da saúde, no Município e a coisa não avança.

Outro pilar que caracteriza bem a região eu chamo de miséria produzida e reproduzida. É muito característica da população. Essa miséria produzida e reproduzida é aquela miséria que não permite, está muito ligada à pobreza, que não permite a população avançar. Encontramos muitas pessoas que têm muitas informações para fazer um procedimento de denúncia grave, mas acabam se submetendo a um silêncio por conta de dever um favor que é um emprego. O que a população tem lá de geração de emprego e renda? Não tem nada. E hoje o que a gente precisa para a sanar essa questão da exploração sexual um elemento fundamental é a população, essas famílias, terem capacidade e superarem essa pobreza e essa miséria com uma geração de emprego e renda porque a situação dessa miséria que aumentou muito com a pandemia. Essa miséria produzida e reproduzida permite que as pessoas fiquem na mesmice e a gente não ter evolução desses municípios. O que essa juventude tem nessa região, que perspectiva que ela tem? Como é que as nossas crianças e adolescentes vão sonhar nesse contexto onde a miséria está tão presente? Eu converso muito com crianças e adolescentes ali de Melgaço e muitos até pedem para morar comigo em Belém, dizendo “tia, não tem como você me levar para morar em Belém porque eu queria estudar, aqui a gente não consegue aprender, a nossa educação é muito fraca, eles fala. A gente precisa

ter algo de esperançoso para nós”. Numa outra linguagem é o que eles dizem. A gente vê que é uma população que não tem muita esperança.

Gosto sempre de recordar, acho que vocês estão sabendo, vai ser no próximo ano, vai ser lançado um drama que foi produzido de uma denúncia que fizemos na Comissão Justiça e Paz. Eu estava no rio Tajapurú e nasce um filme chamado “Manas”, que a Dira Paes vai ser a protagonista neste filme. E é de uma denúncia que fiz de 2016, quando estávamos na beira do rio, com a polícia, com o Conselho Tutelar e uma balsa com mais de 15 crianças dentro. O que foi denunciado em 2016, que virou até filme, hoje se eu retornar lá, vou encontrar a mesma situação.

Essa miséria produzida e reproduzida é isso, as pessoas não estão dando passos qualitativos e quantitativos para o seu desenvolvimento. Isso é muito sério, é muito triste.

Estou aqui no Nordeste, mas meu coração fica o tempo todo no Marajó. Dia desse uma psicóloga do programa de proteção me disse assim você está presa ao Marajó? Eu digo não tenho prisão que venha a ser prejudicial. Tenho uma prisão de amor, de compromisso, é região que escolhi para amar e servir. Tenho uma grande preocupação, porque acho que é preciso pensar numa estrutura diferenciada. Sempre digo que não gosto de usar a palavra combate, gosto de falar a palavra enfrentar. Combate é a polícia que vai prender, fazer a repreensão. Nós que estamos como sociedade civil, nessa defesa, nessa proteção, nosso compromisso é de enfrentamento mesmo. O enfrentamento requer muito mais ações, que possam gerar uma transformação. Fico pensando que é preciso avançar. Não podemos permitir que a população fique assim como está ainda.

IPDMS: O Pará é o principal foco de atenções por conta da COP 30, que vai ocorrer em 2025, em agosto vai ter a Cúpula da Amazônia, que vai reunir todos os presidentes, as autoridades da Amazônia, países da África, que vão para Belém. Queria uma avaliação tua, você acha que essa nova atenção global para a Amazônia, para o Pará, você vê isso como oportunidade de investimentos, ações, para a Amazônia como um todo, como você observa, sua leitura, sua reflexão crítica com relação a isso?

Irmã Henriqueta: Pode ser até um pouco prematura minha reflexão, mas já tenho pensado seriamente sobre esses grandes eventos previstos em nossa região. Ainda não consigo enxergar com bons olhos, no sentido de trazer algum benefício, principalmente para o nosso público.

Pode acontecer de ficar muito ao nível da reflexão, de exposição de conhecimentos, mas não consigo ver concretamente quais são as propostas eficazes que venham contribuir para a transformação.

É necessário que a gente pense ações transformadoras. Que ações transformadoras são essas?

No sínodo para a Amazônia, em 2019, depois de minha exposição, que falei sobre a exploração sexual e tráfico de pessoas na sala sinodal, lembro que quando concluí minha reflexão, no intervalo o Papa ficou me esperando e me disse assim “sua fala mexeu muito com meu coração”. Passamos uns 15 minutos só nós dois conversando e ele falou uma palavra que possa responder o que você me pergunta. O Papa disse que basta pensar em ações pontuais para a gente poder transformar essa situação, é necessário que seja curado o que já está ferido. O que é curar o que já está ferido? É justamente essa miséria. Se não houver uma transformação de contribuição para sanar essa situação de pobreza, nós não vamos dar passos. Não sei se esses grandes eventos vão apontar para isso.

Até comentei em nossa viagem pelo Marajó com a equipe do governo, lembro que uma menina que vai ser a peça principal desse filme, em 2016 ela estava com 11 anos, lembro que ela foi a única que conseguiu sair de dentro da balsa, a tripulação toda presa e ela, a conselheira tutelar com ela, porque ela estava sem pai, sem mãe, ninguém sabia onde ela morava, depois essa menina me deu uma aula, ela me disse assim “olha, o que eu vou fazer se eu não subir na balsa, porque eu vou pegar comida, alguma coisa para levar para casa. Não consigo dormir quando vejo meus irmãozinhos chorando com fome”. É isso, a gente precisa enxergar que essa população que está lá nos rincões dessas regiões, não sei se serão olhadas, se serão contempladas nesse processo todo de reflexões, que vem do mundo todo. É necessário algo muito grandioso e ainda não consigo enxergar, sinceramente. Talvez venha, eu me preocupo. Tem pessoas que nunca foram no Marajó e falam com tanta sabedoria, num bom sentido, mas nunca foram lá, não sabem como é o Marajó e acabam não causando nada, absolutamente nada de transformação.

Por isso que faço elogio aqui a vocês pela rapidez que vocês tiveram em apontar logo soluções para problemas que enxergamos com nossos olhos e também escutamos das próprias pessoas. Essa pessoas precisam e não sei se eles terão essa preocupação. Eu acredito que não.

Tenho plena certeza de que onde estão as nossas crianças que continuam indo para balsas com a perspectiva de mudança de vida, por aquelas disseram: “vocês tiram a gente da balsa, mas o que dão em troca”. É isso, poucas palavras resolvem. Não adianta só proibi-las de ir pra balsa, mas o que a gente faz para solucionar o problema?

IPDMS: Ainda ficando no Marajó, queria uma avaliação sua, queria que pudesse fazer uma avaliação do que foi o período do “Abraço Marajó” e quais as expectativas que você e os movimentos sociais estão tendo com relação ao Programa Cidadania Marajó?

Irmã Henriqueta: Já falei para a imprensa toda sobre esse Abraço Marajó e sempre o defino como um cavalo de troia, foi um verdadeiro cavalo de troia para a população. Foi um programa atrevido, abusivo, destruidor, posso dizer com toda certeza, porque ele veio de uma forma tão violenta, que desrespeitou todo o processo de participação da população local. A gente precisa ter cuidado, antes de fazer qualquer programa para a população, se a população não tiver uma participação ativa, assertiva, as coisas não vão anda. Foi o que aconteceu. Teve um grande investimento financeiro, mas sem resultados exitosos como a população merecia. Talvez se tivessem pensado com a população, algumas ações até pudessem ter dado certo. Mas foi um programa totalmente desconectado com a realidade, não participativo e, portanto, ele não causou nenhum efeito. Um programa que não causou nenhum efeito para a população. A população criou uma certa rejeição, uma certa raiva por essa agressão de seus direitos. É natural, é preciso acontecer que é essa participação coletiva de toda população.

O que está acontecendo agora com esse novo olhar que o governo traz, ele traz a perspectiva mesmo da participação. A gente foi escutar. Os marajós foram escutados sobre o que eles queriam. Agora vem com outro olhar, outra perspectiva, e com envolvimento da população local. A gente tem tudo para dar certo agora no sentido de responder algumas demandas que a população mesmo manifestou. Tem como ser exitosa, sim, essa nova forma de atuação desse governo, porque a população com vai ficar mais atenta. Uma coisa boa que aconteceu, eles passaram a enxergar mais.

Como que os direitos deles eram violados, como as coisas chegavam de cima para baixo e hoje eles não aceitam mais. Hoje lá em Breves temos um grande grupo de resistência, eles dizem “aqui não vai mais entrar, se não for dialogado com todos, não vamos mais aceitar”. Isso é bom.

Dá para fazer essa avaliação de um que chegou totalmente destruindo, impondo, onde a população não compreendia nada e nem sabia o que era e agora chega de uma outra forma, essa forma participativa e isso que a gente tem que fazer sempre.

IPDMS: A senhora me faz lembrar, sou do Vale do Mucuri, a senhora me faz lembrar Irmã Zoé, que trabalhava com a conexão do direito de crianças com a questão das mulheres, ela entrava nos prostíbulos tocando violão, uma freira na década de oitenta tocando violão para poder envolver e tentar transformar a partir da situação delas. Queria saber da senhora dessa conexão da situação de crianças e adolescentes vítimas de exploração sexual com a questão das mulheres, num sentido amplo. Uma outra coisa, a senhora tem falado muito de escuta. Me parece que a senhora tem uma capacidade de escuta diferenciada. Gostaria de uma palavra sobre a questão da escuta.

Irmã Henriqueta: Não vejo muita distância da defesa desses dois públicos, que são as meninas e as mulheres. Tanto as meninas como as mulheres, fazemos uma reflexão bem conectada no que diz respeito a seus valores, mas também a seus direitos no sentido da sua defesa.

Aqui, por exemplo, a gente vê muito na região, não só do Marajó, mas tenho contemplado isso em outros estados, quando percebemos um grande número de mulheres que sofrem violência não só pela exploração sexual quando são traficadas para esse fim. Hoje a ONU, na última pesquisa, aponta que 85% das pessoas traficadas são meninas e mulheres. Estou participando também de uma formação em vários estados porque sou da Comissão Pastoral Especial para enfrentamento ao tráfico de pessoas da CNBB nacional e nós montamos uma formação bem metodológica, onde apresentamos as trilhas do enfrentamento ao tráfico de pessoas, baseada na metodologia do Ver, Julgar e Agir e a gente falando desse tema, a gente vai escutando as pessoas falarem como que acontece esse processo das mulheres se envolverem com essas redes criminosas. E a gente não vê muita diferença. Tanto as mulheres como as meninas, elas acabam passando por um processo enganoso do mesmo jeito, da mesma forma. Quando as crianças são exploradas sexualmente pelas redes criminosas na região do Marajó, a gente percebe que o movimento é conduzido de uma forma tão parecida como o que muitas mulheres também passam. Escutando ali naquela prisão que teve em Vitória do Xingu/PA, eram 5 moças que foram traficadas e é impressionante que, ao ouvi-las no depoimento delas, Delegada me convidou para participar, elas falaram assim, “olha, não sei porque que vocês estão tão preocupadas conosco, porque nós estamos acostumadas a acompanhar esse grupo. Onde vão abrir um novo projeto, nós acompanhamos”. Foram pontuando por onde elas passaram, quase que dizendo assim, é isso que nós queremos. Mas ali a nossa tentativa é que elas compreendessem que elas não estavam sendo valorizadas, que estavam passando sim por um processo de violação, de desrespeito, de enganação, porque envolvia questão trabalhista também. Então, a conexão ela existe com situações bem parecidas.

Tenho valorizado muito a escuta de tanta raiva que passei daquela Damares, de tanta raiva que passei com esse Abraço do Marajó, que me dispus... acho que tenho essa capacidade, mas muitas pessoas valorizam muito essa capacidade de escutá-las. Sempre digo que escutar é bem diferente de ouvir. Ouvir você pode ali fora todo mundo pode estar ouvindo a nossa conversa, mas escutar é olhar nos olhos, é acolher a pessoa de coração, é compreender as palavras não ditas. Enfim, você cria toda uma simbologia para fazer o processo de escuta. Aqui no Nordeste, estou escutando atentamente, sabe, sem pressa.

Nós tivemos um encontro agora, essa Rede SoliVida é composta também por pessoas da Alemanha e tem a Tereza, que está no Brasil, ela é alemã, psicóloga, e

ela disse pra mim para ajudá-la a fazer o processo de escuta. Eu que conduzi e transformei a vida de muitas pessoas nesse processo de escuta. Eram 78 pessoas, nós passamos uma manhã inteira escutando. E eles saíram edificadas e ao mesmo tempo disseram que algo aconteceu diferente nesse processo de escuta. E é isso que estou fazendo também nessas comunidades.

É muito complicado quando você encontra uma instituição, como tenho encontrado aqui, que atende 70 crianças, projetos diversificados, a pintura, a computação, a horta orgânica, enfim, são várias ações. Mas as pessoas que estão dentro dessas instituições e com um público muito complicado, a maioria dos adolescentes são usuários, são aviõezinhos do tráfico, eles são, alguns, estão com o movimento já com o comando vermelho e é impressionante ver, escutar essas pessoas que trabalham nessas instituições, que elas se doam tanto, elas cuidam tanto, que elas acabam se esquecendo delas mesmas. E é isso que estou fazendo agora. Estou escutando as crianças, os adolescente. E para mim já está fechado, vou conversar com a equipe da Alemanha e dizer que temos já duas coisas bem definidas. Ainda faltam 12 comunidades aqui na Paraíba, estou seguindo para para Salvador, depois Rio de Janeiro, Piauí e Maranhão, mas para mim já fechou, com essas escutas, está fechado que é urgente criar um Fórum de Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes e das Mulheres. Vamos fortalecer as mulheres dessas instituições, porque tem mulheres que são muito cuidadoras, são profissionais, mas elas trazem um sofrimento existencial muito forte, porque elas cuidam muito dos outros, dentro e fora de casa, mas elas não estão sendo cuidada, não estão sendo ouvidas. E algumas manifestando-se com muita clareza que elas também sofrem violência silenciada. É a violência física, psicológica, são outras violações e elas acabam não verbalizando e acabando criando para si mesmas um ciclo fechado e não conseguem expandir o que precisam para serem mais profissionais, mais felizes.

Acho que o caminho é esse. É muito bom escutar. Queria pedir atentamente para que você fizesse isso com sua equipe, Assis, dessa importância do escutar, porque quando a gente escuta a gente não corre o risco de impor para o outro aquilo que ele não precisa. É isso que estou fazendo. Quando fui convidada para fazer o processo desse ABC dos Direitos Humanos, que vai tratar de várias coisas, inclusive quero trazer a equipe de vocês aqui no Nordeste, já vou para criar o grupo das mulheres para dialogar. Vocês do Ministério virem aqui falarem para as crianças. As crianças estão super empolgadas. Esse processo ele é fundamental, porque não arreventa mais as pessoas. Nós ainda não estamos sarados, ainda carregamos um peso enorme de toda destruição que nós vivemos desse governo passado e a população manifesta isso. O Nordeste elegeu o Lula e a coisa que eles mais estão agora esperando é essa participação coletiva, que eles possam avançar mais nos sonhos que eles carregaram, que foi apropriado, mas que agora eles estão voltando a sonhar de novo e a acreditar.

Morar com o Papa Francisco um mês foi uma escola, no Sínodo, falei isso para o Papa, acho que o Senhor foi um professor que nunca tive em universidade nenhuma. O Papa Francisca falou “tudo interligado, se não estiver interligado, a gente não avança” E a interligação das coisas acontece quando a gente respeita o que o outro é e o que ele tem de necessidade, senão a gente acaba desligando e não interligando.

IPDMS: Para pensar os próximos passos, quais os desafios, a participação talvez seja um grande desafio. Enquanto rede de proteção, sociedade civil, Estado em suas variadas matizes, quais os desafios que você acha importante para podermos refletir, talvez dois, três, para pensar o futuro do Direito da Criança e do Adolescente no Brasil, no Pará, no Marajó. Desafios para pensar um horizonte das prioridades que a gente precisa assumir para poder mudar esse cenário.

Irmã Henriqueta: As pessoas estão muito insatisfeitas com alguns atores que são fundamentais na rede de proteção de crianças e adolescentes. Está tendo uma preocupação geral no que diz respeito ao papel dos Conselheiros Tutelares. Conselheiros tutelares não estão capacitados, não estão identificados, assim como outros atores que são fundamentais para a defesa dessas crianças, desses adolescentes.

Também amplio minha reflexão para a defesa também de homens e mulheres trans que passam por essa violação de direitos quando são traficados. É um grande desafio. Tenho escutado coisas absurdas, de não atendimento, de atendimento desqualificado, de falta de notificação, de sub-notificação desses casos. Um grande desafio é fortalecer e capacitar a rede de proteção de crianças e adolescentes, pegando todo mundo mesmo.

Um outro grande desafio que a gente precisa pensar é podermos pensar em mais políticas públicas que sejam de fato necessárias e essenciais para nossas crianças e adolescentes. Não podemos generalizar. O que é essencial para Breves/PA não é essencial para Melgaço/PA. As realidades demandam ações diferenciadas.

Um outro grande desafio que a gente precisa pensar e sempre digo para muitas pessoas e quando falo nas trilhas do enfrentamento ao tráfico, sempre concluo dizendo que não podemos pensar em enfrentar violências, sejam elas de exploração sexual ou tráfico de pessoas, qualquer tipo de violência, se não pensarmos também na superação da pobreza. É preciso superar a pobreza. Enquanto tiver gente com fome, enquanto tiver gente morando mal, enquanto tiver desemprego, nós não vamos dar salto nenhum. Isso é fato, isso é muito claro para mim.

Apresento inicialmente esses três grandes desafios. Acho que eles são preocupantes nesse momento e consigo enxergar isso com muita clareza.

Estou enxergando um outro problema gravíssimo. Estava em Campo Formoso, aqui na Bahia, e fiquei muito preocupada, porque as instituições que fiz a escuta, são três instituições, em uma delas eles são só jovens, são jovens artistas, inclusive um produto da escuta, eles falaram que já vão começar a elaborar uma peça teatral sobre o ABC dos Direitos Humanos. Na escuta, eles já tiraram isso. Eles são artistas, vão para a Alemanha fazer apresentações. Mas uma coisa que não tinha pensado. No final, quando eles estavam pontuando, uma das perguntas que faço no processo de escuta é que tipo de violências existem aqui no contexto do território, quem são as pessoas que mais sofrem violências. E quando eles falaram quem são as pessoas que mais sofrem violência, consegui enxergar um problema gravíssimo que existe no município de Campo Formoso. Lá eles têm uma fábrica de cimento dentro da cidade, que consegue distribuir para a população um pó que está causando muito problema para a população, problema respiratório. E o que é mais grave é o alto índice de pessoas que também soma com a produção, eles produzem muito tomate na região e os aviõezinhos que distribuem o agrotóxico chega na população e hoje é uma população com alto índice de pessoas cancerígenas. Muito câncer naquela região.

Como vamos pensar em fazer defesa se a população está adoecida, está empobrecida, está em situação de abandono. Há gestores que não estão preocupados com a população, estão preocupados com seu bolso, com seu enriquecimento.

Precisamos pensar de forma holística. A situação é estrutural e requer muita lucidez para enxergar tudo.

Sobre a entrevistada e os entrevistadores/as

Irmã Henriqueta Cavalcante

Fundadora e Presidente do Instituto de Direitos Humanos Dom José Luís Azcona. Defensora de Direitos Humanos.

Ana Radig Denne Lobão Morais (entrevistadora)

Mestra em Direitos, Políticas Públicas e Desenvolvimento Regional pelo Centro Universitário do Estado do Pará.

Assis da Costa Oliveira (entrevistador)

Doutor em Direito pela Universidade de Brasília. Mestre e bacharel em Direito pela Universidade Federal do Pará (UFPA). Professor da Faculdade de Etnodiversidade e do Programa de Pós-Graduação em Direito e Desenvolvimento na Amazônia, ambos da UFPA. Coordenador no Gabinete da Secretaria Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania.

Eder Fernandes Santana (entrevistador)

Doutor em Direito pela Universidade Federal de Minas Gerais e servidor público no Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais.

